

Briga no tapetão

• Luiz Inácio Lula da Silva passou de pedra a vidraça ao dizer, de um palanque em Petrolina, que admite ser punido pela Justiça Eleitoral, mas que faz campanha fora do prazo, sim. Fernando Henrique Cardoso também irritou o TSE ao afirmar que fora absolvido "do nada" na ação sobre o uso da máquina na convenção do PMDB. A quatro meses da eleição, a relação de quem vai se candidatar com quem vai presidir o pleito promete.

Promete, e logo, muita dor de cabeça.

O desafio de Lula, até agora acusador nas ações impetradas contra FH por uso eleitoral da máquina do Governo, fez a delícia dos tucanos. Poucas horas antes, na manhã de quinta-feira, eles reuniram sua Executiva e decidiram deflagrar uma ofensiva jurídica contra o adversário. O PSDB está mobilizando seus melhores advogados e pedindo aos outros partidos da aliança para fazer o mesmo. Vai ser marcação cerrada sobre cada passo do petista, numa resposta às dezenas de ações que a oposição tem apresentado ao TSE.

— Não vamos deixar escapar nada. Vamos usar a mesma tática deles e encher o TSE de processos — promete o líder do PSDB, Aécio Neves.

A campanha declarada e assumida do PT em Pernambuco é o primeiro alvo e deverá render uma multa ao petista, já que esse tipo de delito não gera inelegibilidade.

Mas o problema é que, faltando pouco mais de um mês para o início do prazo em que são permitidos os comícios eleitorais — 6 de julho — está ficando cada vez mais difícil impedir que os candidatos, sejam federais ou estaduais, saiam às ruas para os contatos com o eleitor. Mesmo porque, se a lei proíbe, a Constituição assegura a todos os brasileiros, candidatos ou não, o direito de reunião.

A cada dia, multiplicam-se atos de candidatos que contrariam a lei — panfletagens, minicomícios, caminhadas etc.

Fernando Henrique, que já foi criticado por ministros do tribunal pelas viagens para inauguração de obras em palanques, tomou algumas pequenas precauções, como afirmar publicamente que ainda não é candidato e não pedir votos para a reeleição. Mas, na prática, continua fazendo tudo exatamente como antes.

Ontem mesmo, esteve em Aparecida do Taboado (MS) para a inauguração da ponte da Ferronorte, tomou chuva com o povo e discursou falando de geração de empregos. O evento teve cara de comício, pinta de comício, mas, em tese, não era comício.

O candidato do PPS, Ciro Gomes, avisou ao TSE, por intermédio do senador Roberto Freire, que não poderá cumprir a exigência da lei eleitoral. Já foi até denunciado por fazer panfletagem, mas pretende continuar fazendo.

Se anda assim a situação dos candidatos à Presidência, aqueles que têm sobre si os

mais potentes holofotes da opinião pública, o que se dirá no caso dos governadores candidatos à reeleição?

Tudo isso, além das dezenas de denúncias que recebem, está deixando os sete ministros do TSE com os nervos à flor da pele. Se interpretarem a lei ao pé da letra, especialmente na questão dos comícios, os TREs e o próprio TSE não farão outra coisa a não ser multar, advertir e até tornar inelegíveis — no caso de delitos mais graves — quase todos os candidatos da disputa estadual e presidencial. Até o presidente da República.

Se fizer vista grossa e não tomar providência, o TSE se arrisca a presenciar, daqui para frente, um festival de desobediência. E a perder o controle também em questões mais sérias do que os comícios, como o abuso do poder econômico e a utilização das máquinas administrativas — essas, sim, situações graves de fato, que geram a cassação do registro do candidato.

Mais relevante, por exemplo, é a ação que questiona a convocação, pelo presidente da República, de cadeia nacional de televisão para explicar melhor a afirmação de que quem se aposenta cedo é vagabundo. Poderá o presidente continuar usando essa prerrogativa até o início oficial da campanha? Descontado o exotismo da ação, o processo movido pelo PMN em que Fernando Henrique é acusado de usar as novas moedinhas do real de forma eleitoreira também dá o que pensar.

— Não temos a cultura política da reeleição e os nossos políticos gostam de abusar. E abusam. Quem está no poder, não quer sair — diz o corregedor-geral do TSE, ministro Nilson Naves.

Naves deixa a função no dia 11 com a marca de ter dado seguimento a quase todas as denúncias que recebeu. Admite que a oposição pode estar desgastando o instrumento do recurso à Justiça ao apresentar enxurradas de denúncias, muitas sem embasamento. Como ação sobre a convenção do PMDB, que terminou em absolvição por unanimidade.

Mas o ministro deixa claro que o TSE está perdendo a paciência com os abusos dos candidatos:

— No dia em que a Justiça declarar a inelegibilidade de alguém, eles tomam jeito.

Eleição não se ganha no tapetão, como admite o próprio ministro. Mas desobediência ostensiva à lei pode ajudar a perder.